

Pós-Graduação a distância

Direito ambiental, minerário e urbanístico

DISCIPLINAS:

- 1) DIREITO CONSTITUCIONAL APLICADO AO DIREITO AMBIENTAL
- 2) DIREITO REGULATÓRIO E ADMINISTRATIVO APLICADO
- 3) DIREITO AMBIENTAL
- 4) DIREITO AMBIENTAL APLICADO
- 5) PROCESSO ADMINISTRATIVO AMBIENTAL
- 6) INTRODUÇÃO AO DIREITO MINERÁRIO
- 7) DIREITO MINERÁRIO APLICADO
- 8) COBRANÇAS ESTATAIS VINCULADAS AO MEIO AMBIENTE E À MINERAÇÃO
- 9) CRIMES AMBIENTAIS E MINERÁRIOS
- 10) DIREITO SOCIETÁRIO APLICADO AO SETOR MINERÁRIO
- 11) PROCESSO ADMINISTRATIVO MINERÁRIO
- 12) PREVENÇÃO DE DESASTRES E GESTÃO JURÍDICA DA PAISAGEM
- 13) TUTELA JUDICIAL DAS QUESTÕES AMBIENTAIS E MINERÁRIAS
- 14) DIREITO URBANÍSTICO
- 15) DIREITO URBANÍSTICO E MINERAÇÃO
- 16) HUMANIDADES

EMENTAS:

DISCIPLINA 1 - DIREITO CONSTITUCIONAL APLICADO AO DIREITO AMBIENTAL

Apresentação da dinâmica e interpretação das normas constitucionais, bem como a organização e limitação do poder estatal em contraponto aos direitos fundamentais. O meio ambiente na Constituição Federal de 1988. Competência ambiental. Princípios

constitucionais do Direito Ambiental. Direito Fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado

DISCIPLINA 2 - DIREITO REGULATÓRIO E ADMINISTRATIVO APLICADO

O Direito Administrativo como pressuposto para compreensão das relações entre a Administração Pública e os “administrados” no contexto ambiental e minerário. Administração Pública Direta e Indireta. Poderes e deveres da Administração Pública. O ato administrativo e seus efeitos na seara ambiental. O Poder Normativo da Administração em sua atividade regulatória ambiental. O papel do município no meio ambiente. Atividades regulatórias ligadas ao Direito Urbanístico Responsabilidade administrativa. Poder de polícia em matéria ambiental. Sanções administrativas.

DISCIPLINA 3 - DIREITO AMBIENTAL

Introdução ao Direito Ambiental. O direito ambiental como ramo do direito. Fontes do direito ambiental. Princípios do direito ambiental. História do direito ambiental e da legislação ambiental no Brasil. Política nacional do meio ambiente. Política nacional de saneamento básico. Política nacional de recursos hídricos. Atualidades sobre o Direito Ambiental e o meio ambiente.

DISCIPLINA 4 - DIREITO AMBIENTAL APLICADO

Responsabilidade civil ambiental. Poluidor/Pagador. Código Florestal. Mata Atlântica. Unidades de conservação. Direito Ambiental aplicado aos setores elétrico e minerário. Política Nacional de Resíduos Sólidos. *Due Diligence* Ambiental e Minerária.

DISCIPLINA 5 - PROCESSO ADMINISTRATIVO AMBIENTAL

SISNAMA – Gestão ambiental. Métodos de Avaliação e Elaboração de Estudos-EIA/RIMA. Zoneamento ambiental. Licenciamento ambiental. Avaliação de Impactos Ambientais.

DISCIPLINA 6 - INTRODUÇÃO AO DIREITO MINERÁRIO

Compreensão do Direito Minerário enquanto ramo autônomo do Direito que trata da gestão e exploração de recursos Minerais. Regime Jurídico da Exploração Mineral na Constituição e Legislação Infraconstitucional. Princípios Gerais da Exploração. Natureza jurídica dos direitos minerários. Competência da Agência Nacional de Mineração. Marco Regulatório.

DISCIPLINA 7 - DIREITO MINERÁRIO APLICADO

Regimes de aproveitamento das substâncias minerais: princípios, autorização, concessão, licenciamento, extração e permissão de lavra garimpeira. Alienação e Oneração de Direitos Minerários. Cessão: total, parcial e temporária; direitos reais de garantia sobre Direitos Minerários. Pesquisa Mineral e Lavra. Servidão Mineral. Titularidade dos Direitos Minerários. Participação do proprietário do solo nos resultados obtidos pela atividade de mineração.

DISCIPLINA 8 - COBRANÇAS ESTATAIS VINCULADAS AO MEIO AMBIENTE E À MINERAÇÃO

O exercício da atividade minerária importa em tributação e sujeição à outras cobranças estatais. Tributos incidentes, Compensação Ambiental (Lei do SNUC) e a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais.

DISCIPLINA 9 - CRIMES AMBIENTAIS E MINERÁRIOS

Estudo dos crimes decorrentes de infrações à legislação mineral e minerária. Competência. Denúncia. Responsabilidade penal ambiental. Efetividade dos instrumentos punitivos e efeitos civis da condenação criminal

DISCIPLINA 10 - DIREITO SOCIETÁRIO APLICADO AO SETOR MINERÁRIO

Teoria Geral do Direito Societário; Tipos societários comumente adotados no setor minerário: Sociedade Limitada e Sociedade Anônima; Mercado de Capitais; Compliance; Modalidades de funding para sociedades mineradoras; Emissão de

valores mobiliários: Ações (IPO e follow on); Debêntures; Commercial paper; ADR - American Depositary Receipts e BDR – Brazilian Depositary Receipts - Venture Capital e Private Equity; Consórcio de Sociedades; Operações de Reorganização Societária: M&A no setor minerário; Transformação, fusão, incorporação e cisão. Fechamento de capital, alienação de controle e oferta pública para aquisição de controle. A crise da sociedade empresária: Falência e Recuperação de Empresa no setor minerário.

DISCIPLINA 11 - PROCESSO ADMINISTRATIVO MINERÁRIO

Compreensão do Processo Administrativo Minerário, com suas peculiaridades e etapas específicas. Requerimentos Administrativos, recursos, infrações e sanções; regime de competências; prazos. Perda do Direito Minerário.

DISCIPLINA 12 - PREVENÇÃO DE DESASTRES E GESTÃO JURÍDICA DA PAISAGEM

A Rigidez locacional em questões minerárias. A viabilidade locacional em atividades de mineração. A proteção do Patrimônio cultural - instrumentos e sistema nacional de proteção do patrimônio cultural (inventário, registro, tombamento, vigilância, etc). Estatuto da Metrópole. Áreas contaminadas e a mineração. A proteção do patrimônio espeleológico e a mineração. Atividades de mineração em terras indígenas e de outras populações tradicionais. Unidades de conservação e atividades extrativas. Prevenção e gestão de desastres ambientais.

DISCIPLINA 13 - TUTELA JUDICIAL DAS QUESTÕES AMBIENTAIS E MINERÁRIAS

Discutir aspectos constitucionais e processuais controvertidos em relação aos principais instrumentos de defesa dos direitos dos cidadãos em face dos poderes públicos (Mandado de Segurança – Habeas Data – Ação Popular – Ação Civil Pública). Estudo dos procedimentos geralmente vinculados às querelas relativas ao Direito Minerário e Ambiental tais como Consignação em Pagamento, Execução Fiscal, Embargos, Ação de Fixação de Renda e Indenização, Definição Judicial da Servidão Minerária etc. Tutela coletiva - Execução de sentença coletiva.

DISCIPLINA 14- DIREITO URBANÍSTICO

Conceito. Autonomia. Princípios. Política Urbana. Competências constitucional e o lugar dos municípios. Estatuto da Cidade. Proteção do Patrimônio Cultural Material.

Instrumentos de Intervenção Urbana. Institutos Jurídicos e Políticos:

a) desapropriação; b) servidão administrativa; c) limitações administrativas; d) tombamento de imóveis ou de mobiliário urbano; e) instituição de unidades de conservação; f) instituição de zonas especiais de interesse social; g) concessão de direito real de uso; h) concessão de uso especial para fins de moradia; i) parcelamento, edificação ou utilização compulsório; j) usucapião especial de imóvel urbano; l) direito de superfície; m) direito de preempção; n) outorga onerosa do direito de construir e de alteração de uso; o) transferência do direito de construir; p) operações urbanas consorciadas; q) regularização fundiária; r) assistência técnica e jurídica gratuita para as comunidades e grupos sociais menos favorecidos; s) referendo popular e plebiscito; t) demarcação urbanística para fins de regularização fundiária u) legitimação de posse. Inventários e Registros. Instrumentos de Regularização Fundiária. Plano Diretor Estratégico.

DISCIPLINA 15 - DIREITO URBANÍSTICO E MINERAÇÃO

Limites do Direito Urbanístico e do Planejamento Urbano-Regional. Gestão Democrática da Cidade no contexto da atividade de mineração. Direito Urbanístico e Desenvolvimento Econômico Cidades minerárias ou Cidades mineradas? Deflagrando o conflito urbano: impactos e atores da atividade minerária em diferentes escalas. Legislação e instrumentos urbanísticos em territórios minerados: antes e depois. Territorialização, desterritorialização e a função social da propriedade.

DISCIPLINA 16 – HUMANIDADES

O ser humano, o processo de humanização e o conceito de pessoa. Desafios contemporâneos e o lugar da religião e da espiritualidade. Autonomia e heteronomia na sociedade atual. Princípios éticos e ética profissional.

